



A MISSÃO DE PAZ DA ONU NO HAITI REVISITANDO A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Marcus Fabiano Cota



Resumo: Entre os anos de 2004 e 2017, as Forças Armadas brasileiras estiveram presentes na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. A Organização das Nações Unidas acompanhou a situação caótica do país por muitos anos, antes de reunir as condições para autorizar a intervenção de uma força de paz. O organismo mobilizou esforços de vários países que o integram, atribuindo o comando militar da missão ao Brasil; comando exercido por generais do Exército Brasileiro que desempenharam a função de Force Commanders. Inicialmente, a missão objetivou prover a estabilização das condições de segurança do Haiti, contendo as ações de grupos criminosos, sustentando as atividades governamentais e garantindo a execução de eleições democráticas. Posteriormente, o rol de objetivos foi acrescido da organização de ajuda humanitária, da reconstrução estrutural de parte do país, entre outros. Ao longo de mais de 13 anos, o Brasil enviou 37,5 mil militares ao território haitiano, cerca de 30 mil do Exército. Enfrentando condições e desafios mais árduos do que imaginavam, como o contato com a extrema pobreza, a presença hostil de milícias e gangues que espalhavam a violência, a devastação causada por um terremoto, um furacão e por inundações, os militares brasileiros demonstraram versatilidade, profissionalismo, solidariedade, empatia e capacidade de superação das adversidades, escrevendo páginas na história assinaladas com traços de heroísmo, desprendimento, liderança e coesão. A MINUSTAH deixou muitas lições às pessoas e às Forças Armadas; conhecimentos que servem de legado às futuras gerações de peacekeepers (mantenedores da paz) e que se traduzem em um caso de sucesso.

Palavras-chave: MINUSTAH, ONU, Forças de paz, *peacekeepers*.

Abstract: Between 2004 and 2017, the Brazilian Armed Forces were present in the United Nations Stabilization Mission in Haiti. The United Nations monitored the chaotic situation in the country for many years before gathering the conditions to authorize the intervention of a peacekeeping force. The organization mobilized efforts from several member countries, assigning military command of the mission to Brazil; command was exercised by Brazilian Army generals who served as Force Commanders. Initially, the mission aimed to stabilize security conditions in Haiti, containing the actions of criminal groups, supporting government activities, and ensuring the holding of democratic elections. Subsequently, the list of objectives was expanded to include the organization of humanitarian aid and the structural reconstruction of part of the country, among others. Over more than 13 years, Brazil sent 37,500 military personnel to Haitian territory, including approximately 30,000 from the Army. Facing conditions and challenges more difficult than they had imagined, such as extreme poverty, the hostile presence of militias and gangs spreading violence, and the devastation caused by an earthquake, hurricanes, and floods, the Brazilian military demonstrated versatility, professionalism, solidarity, empathy, and the ability to overcome adversity, writing pages in history marked by heroism, selflessness, leadership, and cohesion. MINUSTAH left many lessons for the people and the Armed Forces; knowledge that serves as a legacy for future generations of peacekeepers and that has resulted in a successful case.

Keywords: MINUSTAH, UN, Peace Forces, *peacekeepers*.



INTRODUÇÃO

Quando as instituições internacionais ou outras nações aliadas empregam seu tempo e despendem seus recursos diplomáticos e militares para acudir a um país, é sinônimo de que as forças internas de defesa esmoreceram ou, não raras vezes, já sucumbiram, deixando à mostra o descaso governamental antecedente à ocasião, a fragilidade de seus investimentos em segurança e defesa, bem como o despreparo dos corpos militares, incapazes de manter um ambiente democrático e de defender os interesses nacionais, providos somente pela coesão do Estado, que conta com o respaldo de suas forças armadas como agentes de perenização da paz interna.

É nesse contexto que se introduz o presente estudo, que intenta prover um apanhado de ideias, exatamente em um momento que se aproxima da celebração dos 20 anos do início da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), uma operação humanitária sem precedentes na história das nossas forças armadas, com destaque à atuação do Exército Brasileiro.

Antes de enveredar pela discussão afeta à MINUSTAH, é mister aduzir que a Segunda Guerra Mundial (II GM) deixou um legado de preocupação com a manutenção da paz. A razão disso é muito simples: conflitos locais podem se espalhar por regiões adjacentes, com o potencial de produzir uma escalada no envolvimento de outros atores, desencadeando processos de desestabilização econômica, política e social que podem ter proporções inimagináveis para todo o globo.

O encerramento da II GM marcou a confluência de profusos esforços pacifistas, materializados pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945. Este organismo, que substituiu a malsucedida Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, objetiva promover a cooperação internacional e prevenir conflitos semelhantes aos ocorridos durante aquela guerra. Contou, assim, com pouco mais de 50 nações em sua formação inicial; hoje, dispõe de quase 200 Estados-membros, que patrocinam ações concretas para manter a segurança e a paz mundiais, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e fornecer ajuda humanitária em situações de fome, desastres naturais e conflitos armados.

Para que tudo isso se operacionalize, a gestão de parte desses objetivos foi delegada a um dos seus órgãos estruturais, o Conselho de Segurança, formado por membros permanentes e rotativos, esses últimos com mandato de dois anos, sem direito à reeleição direta.

Cabe ao Conselho, entre outras funções, manter a paz e a segurança internacionais e determinar a criação, a continuação e o encerramento das missões de paz, traduzindo-se estas em operações que auxiliam os países devastados por conflitos a criarem condições para alcançar a paz em seus territórios. Registra-se que a primeira missão de paz da ONU transcorreu em 1948, na região do Oriente Médio. Aquela missão, chamada de Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-1), acompanhou o acordo do armistício árabe-israelense. A partir deste marco, mais de 60 missões de paz foram conduzidas, cerca de 50 delas, tendo o Brasil como integrante.

Com a instituição da ONU, observadores militares brasileiros foram empregados desde 1947; esta foi a primeira atuação do Brasil sob a égide daquele Organismo, considerado



nosso marco temporal nesse aspecto. O aproveitamento de grandes efetivos ocorre desde 1956, quando foi constituída a Força de Emergência das Nações Unidas, encarregada de mitigar tensões geopolíticas deflagradas pela Crise de Suez, uma região estratégica à navegação comercial que colocou em rota de colisão os interesses de países capitalistas e comunistas. Durante um lapso temporal de 10 anos, o Exército Brasileiro (EB) enviou cerca de 6 mil integrantes para aquela seção territorial, em sistema de revezamento, com as principais incumbências de realizar patrulhamento regional e prover a desminagem de campos. A missão de paz, composta pelo nosso Exército, projetou o nome do Brasil, oportunizando espaços à futuras participações de nossa Força.

Seguiram-se dezenas de novas experiências, destacando-se como as principais, em termos de efetivos, as missões em países como Angola, Chipre, Congo, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Líbano, Moçambique, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Timor Leste, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul. Ao todo, mais de 45 mil homens e mulheres, somente do Exército Brasileiro, tomaram parte nessas ações (Carluccio, 2020).

Aprofundando o olhar sobre essas missões de paz, percebe-se a MINUSTAH, como uma das mais dilatadas em duração e a maior em termos de atuação de efetivos, a qual empregou, aproximadamente, 30 mil militares do EB, superando o contingente da Força Expedicionária Brasileira na II GM. Foi, também, a que mais legados deixou ao Exército, dada sua complexidade em amplo espectro. Em síntese, trata-se de referencial positivo no tocante às assistências humanitárias, merecendo a perpetuação da lembrança dos seus feitos.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO HAITI ANTES DA MISSÃO DE PAZ

A situação política, econômica e social do Haiti, entre outros aspectos ligados a essas áreas basilares de desenvolvimento, parece sempre ter estado em latente conturbação. Ao final do século XV, a ilha de Hispaniola, onde fica esse país, ocupada por povos originários, foi colonizada por espanhóis, nos moldes do que ocorreu em diversos territórios do continente americano. Dois séculos avante, passou a sofrer com o domínio francês, exercido pelo cultivo escravagista e exploratório da cana-de-açúcar. Com uma história marcada por lutas e revoluções, o Haiti viu-se livre da escravidão e como nação independente antes do que nós, brasileiros (Castro; Marques, 2019).

Esses episódios libertários, segundo Lima (2019), não se mostraram suficientes consistentes para induzir um clima de paz, harmonia e prosperidade à “nova” nação de forma estável e perene. A sociedade local continuou a experienciar as mais diversificadas instabilidades políticas, além de infindáveis tentativas e consolidações de golpes de Estado. Agitaram-se os diversos grupos antagônicos, alguns, inclusive, partidários de ideologias e ações que feriram os preceitos democráticos, implicando no estabelecimento de remodelados líderes que eram destituídos por meio de revoltas, obrigados a se dirigirem ao exílio ou, ainda pior, assassinados por seus opositores, fazendo germinar, cada vez mais, sucessivos atos de violência generalizada, ações conspiratórias e separatistas.



Nos cinquenta anos que antecederam à MINUSTAH, a governança haitiana esteve, na maior parte do tempo, em mãos ditatoriais. Sistemas de governo, sobremaneira caracterizados pela corrupção, formaram alianças políticas e criminais, inclusive através do aliciamento de milícias armadas, que sustentaram o seu autoritarismo, praticaram repressões ideológicas e mantiveram o *status quo* do poder usurpado daquele povo (Castro; Marques, 2019; Exército Brasileiro, 2018). O desvirtuamento da gestão nacional fez agravar a sua fragilizada saúde financeira. As dívidas internacionais, contraídas, inicialmente, como custas indenizatórias do processo de independência, avolumaram-se de forma insustentável para uma região subdesenvolvida.

Afirma Lima (2019) que todas essas mazelas enterneceram a economia, a educação e a industrialização do país, minando a possibilidade de recebimento de investimentos estrangeiros que alavancassem o seu desenvolvimento. O resultado não poderia ter sido mais nocivo. O estágio de miséria, que já era intenso, continuou se agravando, atingindo patamares de extrema vulnerabilidade social, além de exacerbar-se um processo de falência do Estado.

Carluccio (2020) complementa que, em meio a essas vicissitudes, no início da década de 1990, o Haiti começou a respirar tímida soberania popular. Transcorreram séries de eventos de uma disputa eleitoral polarizada. A despeito daquela conjuntura, de forma “democrática”, o país elegeu um ex-padre para o cargo de presidente da República: tratava-se de Jean-Bertrand Aristide.

Pouco tempo depois, a esperança do povo haitiano foi novamente surrupiada. Aristide permaneceu no poder por poucos meses após tomar posse. O presidente eleito foi afastado por um golpe, no ano de 1991. Dentre as suas breves ações gerenciais, articulou uma política que tencionava o combate ao narcotráfico e que, seguramente, contrariou os interesses de parcela de seus opositores, favorecidos financeiramente por essa prática criminosa. Foi sucedido, então, por governanças transitórias (Castro; Marques, 2019).

Com a ajuda da comunidade internacional, Aristide retornou ao poder anos depois, governando o país até o início de 1996. No final do ano 2000, ele tornou a disputar o cargo, reelegendo-se e tomando posse no ano seguinte. Uma vez mais, teve um governo conturbado, iniciado com fortes censuras ao processo eleitoral do qual sagrou-se vencedor, possivelmente maculado por irregularidades; também, juntaram-se acusações de envolvimento em esquemas de corrupção, descontrole econômico e instauração de estilo ditatorial de governo (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019).

As tensões na República Haitiana se tornaram mais acirradas e estenderam-se de maneira desenfreada. O clima de corrupção impediu a realização das eleições no ano de 2003. Aristide passou a governar fazendo o uso de decretos que não tinham o devido respaldo democrático. Grupos políticos e sociais de oposição faziam pressões para que o presidente renunciasse, enquanto os seus apoiadores já não eram tão numerosos quanto antes, tampouco tinham a mesma força e liderança junto aos seus correligionários. O estado de excitação política logo tomou conformação de confrontos armados, de motins e de rebeliões, atos violentos e descontrolados que não puderam ser plenamente contidos pela desaparelhada Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Em fevereiro de 2004, o presidente Aristide foi obrigado a renunciar. Sua segurança corria perigo e, por meio de uma operação diplomático-militar, foi conduzido ao exílio na África do Sul. Permeada por toda essa avassaladora onda de entraves, a população haitiana mais vulnerável,



aqui abarcadas as crianças, as mulheres e os idosos, foi a que mais sofreu com esse esgotamento estatal (Fernandes; Onuma, 2024). À comunidade internacional e aos seus organismos, diante do nefasto estado em que se encontrava o Haiti, não restou alternativa, senão interceder por uma missão de paz (Lima, 2019).

A INSTITUIÇÃO DA MINUSTAH

A renúncia do Presidente Jean Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004, deixou a nação haitiana des governada e em temerária condição de insegurança, mergulhada em uma profunda guerra civil, o que fez agravar o já existente estado de preocupação da comunidade internacional, particularmente, os olhares dirigidos pela ONU sobre a situação. Grupos distintos rivalizavam, física e ideologicamente, pela detenção do poder de um país desestruturado, empobrecido em todas as suas dimensões, faminto não apenas por alimentos, mas por democracia e, aparentemente, sem condições para se reerguer daquela conjuntura (Lima, 2019).

Aqui, insta fazer um adendo e mencionar que o Secretário-Geral da ONU, o diplomata egípcio Boutros Boutros-Ghali, quando em exercício de seu mandato no ano de 1994, assinou o Relatório Anual no Trabalho, assinalando que, pelo menos desde 1993, o organismo já monitorava a situação caótica em que se encontrava o Haiti, por meio das atividades desenvolvidas por um Comitê do Conselho de Segurança, que foi constituído por meio da Resolução nº 841, exclusivamente para se debruçar sobre os assuntos concernentes àquele país (Boutros-Ghali, 1994). Em outras palavras, o Conselho de Segurança não tinha a autonomia para instituir sozinho uma missão de paz, e aguardava uma junção de condicionantes e recursos internacionais que propiciassem uma forma de apoiar o Haiti, havia, pelo menos, onze anos.

Um dos primeiros e mais importantes influxos feitos pelas Nações Unidas no intuito de amenizar a questão foram as consultas iniciais aos possíveis países que reuniam condições de apoiar a missão de paz. Essas consultas visaram obter as confirmações das participações dessas nações, a captação de recursos orçamentários e definir como seriam feitos esses préstimos. Evidentemente, todos esses trâmites demandaram bastante tempo e muitos ajustes diplomáticos até que as tratativas levassem ao firmamento de intenções. Tempo que corria contra a sociedade local (Ibid.).

A espera pela intervenção da ONU no Haiti também foi justificável por outros pontos. Uma missão de paz é uma operação complexa que não se desencadeia, simplesmente, pela manifestação do interesse unilateral. Ainda que o ambiente do país fosse extremamente calamitoso, que houvesse motivos mais do que plausíveis a essa intercessão e que se manifestasse o desejo das Nações Unidas em prover a necessária ajuda, instigada por pressões de frações da comunidade internacional, era imperioso que todos os aspectos da missão de paz transcorressem sob o inafastável respaldo da legalidade dos atos (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019; Organização das Nações Unidas, 2004).

Da mesma forma, eram impreteríveis os diversos aportes internacionais (financeiros, militares, políticos, assistenciais, logísticos, estruturais etc.), o aval do Congresso Nacional para o emprego de tropas brasileiras além das nossas fronteiras, a aprovação de uma resolução

aprovando a missão pelo Conselho de Segurança e, incondicionalmente, a concordância entre todos os atores envolvidos na questão, incluindo o próprio Haiti, que deveria requisitar a intervenção e autorizar a entrada de forças militares estrangeiras em seu território (Brasil, 2018; Lima, 2019). Em suma, infere-se dessa exposição que múltiplos e distintos interesses e esforços precisavam estar muito bem alinhados antes que as ações de ajuda tivessem exórdio naquela nação.

Muito embora a MINUSTAH tivesse começado a ser desenhada antes de sua instituição, foi somente após o afastamento do presidente Aristide que ela, de fato, passou a ter ares práticos e a ser implementada. Importantes países integrantes da ONU, como a França, o Canadá e os Estados Unidos empreenderam fortes atividades e posicionamentos político-diplomáticos mais veementes. A força desses membros, externada por suas capacidades de convencimento, foi determinante nesse sentido, o que culminou na tão aguardada junção de interesses.

Após diversas rodadas de negociações, em especial, aquelas destinadas a acordar as condições dos apoios, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 1542, em 30 de abril de 2004, que instituiu a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Seguiu-se a aprovação dessa resolução, a configuração do alto comissariado da missão, a definição de suas estratégias e os objetivos (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).



Fig. 1 – Militares brasileiros durante Missão de Paz no Haiti

Fonte: Maciel; Rosa; Caixeta, 2023.



Em junho de 2004, a sofrida população haitiana se deparou com enormes navios militares afundando as suas âncoras no litoral do país, acompanhados por aviões cargueiros que pousaram no aeroporto de sua capital, Porto Príncipe. Aquelas embarcações e aeronaves levavam a bordo os recursos militares da ONU, integradas pelos primeiros *peacekeepers*, assim chamados os agentes mantenedores da paz, indivíduos pertencentes a uma força militar internacional cuja missão é prevenir ou interromper conflitos em uma área específica (Franco; Stochero, 2017; Lima, 2019). Os materiais que seriam empregados na missão, insumos da tão desejada paz. Eram homens e mulheres, trajando uniformes que estampavam as cores das bandeiras de seus países, reconhecidos, por seus propósitos e por quem os havia enviado até lá, através de seus capacetes azuis e suas máquinas brancas que traziam a inscrição UN (*United Nations* - Nações Unidas) em cor preta. Os meses que se seguiram foram destinados às instalações das bases, ao início das operações de reconhecimento do terreno e o patrulhamento das áreas de risco (Bonalume, 2024; Carluccio, 2020; Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).

OBJETIVOS DA MINUSTAH

De maneira geral, uma missão de paz tem como principal objetivo apoiar as nações afetadas por conflitos a estabelecer as bases essenciais para a paz local. Nesse diapasão, é evidente que o elemento desejado, e que costura a condição de tranquilidade nacional, é a democracia, o sistema político mais próximo da perfeição em que a soberania é exercida pelo seu ator protagonista, o povo. Nela, os cidadãos são os detentores do poder e delegam parte dele ao Estado para que organize a sociedade (Bonalume, 2024; Brasil, 2023).

Ainda nesse contexto objetivo, as missões de paz almejam, especificamente, preservar as vidas das populações mais vulneráveis, prevenir atrocidades, estabelecer condições para a estabilidade e a paz perene, promover o respeito aos direitos humanos, apoiar eleições democráticas, restaurar governos legitimamente instituídos, treinar forças policiais e facilitar o retorno de populações refugiadas e/ou deslocadas (Brasil, 2018).

Depreende-se, desta breve exposição, que é bastante audacioso e árduo o querer de uma aliança política e militar, como é o caso da ONU, quando delibera por instituir uma missão de paz em algum território. Incontestavelmente, a grandiosidade de todo esse abarcamento requisita a firme, oportuna e coordenada atuação dos *peacekeepers*.

Isso leva à internalização de que não basta contar com os conhecimentos, as habilidades e as atitudes das tropas para que se materializem os propósitos dos organismos internacionais. É inarredável o fator vocacional pela paz de homens e mulheres militares que, sem temerem os riscos inerentes à tarefa, esvaziam os seus lares, deixam os seus países originários, deslocam-se a regiões assinaladas por severos conflitos e operam em esforços uníssonos para interceder por aqueles que não são seus compatriotas, mas, igualmente irmãos. A MINUSTAH, assim, foi emoldurada por seus constituintes e objetivos retratados anteriormente.

De maneira muito particular, a missão precisava estabilizar a situação política do Haiti, proporcionando um ambiente de segurança à população. A existência local de grupos formados por rebeldes e guerrilheiros era fator agravante a esse intento. Portanto, desarmar esses agentes e desarticular as suas operações foi uma das primeiras tarefas (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).



O processo democrático eleitoral do país também estava colapsado. Naquela conjuntura, a MINUSTAH tencionou promover as circunstâncias necessárias para a organização e a supervisão das eleições municipais, parlamentares e presidenciais, que deveriam ser afastadas de máculas à democracia, com especial cuidado a que todos os eleitores haitianos pudessem exercer o seu direito ao voto, sem nenhum tipo de coação e primando para que o processo de apuração não fosse de alguma forma fraudado (Brasil, 2018).

O estado de penúria alimentar e de saúde em que se encontrava grande parcela da sociedade haitiana também despertou a preocupação da MINUSTAH, tornando urgente que os *peacekeepers* tivessem de arquitetar oportunidades para que outros organismos internacionais – e não somente a ONU – pudessem promover ações humanitárias de distribuição de alimentos, medicamentos e demais itens de necessidade, o que antes não era possível, considerando a acentuada escalada da violência que preexistia ao início da missão (Lima, 2019).

As instituições de Estado, identicamente, encontravam-se em crise. Nenhum dos poderes constituídos possuía segurança ou respaldo para atuar sem que houvesse a manipulação de agentes internos corrompidos e/ou coagidos por grupos externos, como as milícias políticas e armadas. Tal situação, além de comprometer o processo de condução do país, minou ainda mais o seu desenvolvimento econômico. Desta feita, a MINUSTAH, ao empreender ações de desmantelamento dos grupos que causavam o desgoverno, e, com medidas que asseguraram o exercício legal dos poderes políticos, alvoreceu novas e esperançosas perspectivas ao futuro do Haiti (Brasil, 2018).

Sintética e incontestavelmente, as tropas da MINUSTAH tiveram um papel preponderante no apoio aos processos de restabelecimentos constitucionais, econômicos, estruturais, políticos e de segurança da nação haitiana. As principais pautas defendidas pela missão foram as do diálogo e da reconciliação entre todos os setores e grupos que se contrapunham em seus interesses. Essas pautas, tão caras à paz, são ingredientes para o estabelecimento e a preservação dos direitos humanos.

Adicionalmente, para as Forças Armadas do Brasil, os objetivos não poderiam ser mais claros. Traduziam-se por garantir que a democracia fosse restabelecida no Haiti, que a paz social pudesse ser alcançada com o combate à violência e o desdobramento de ações humanitárias. Essas eram ideias disseminadas a cada um dos milhares de militares brasileiros que foram selecionados para a MINUSTAH.

ALGUMAS PARTICIPAÇÕES DO BRASIL NA MINUSTAH

A ONU, ao decidir pela intervenção no Haiti, precisava conceber uma força militar que fizesse valer as suas intenções. Nesse viés, coube ao Conselho de Segurança designar o Brasil como liderança da operação (Castro; Marques, 2019).

Encabeçar todo o contingente da MINUSTAH não foi uma tarefa fácil. A força militar era composta por países como Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, El Salvador, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka e Uruguai. Inquestionavelmente, uma miscelânea doutrinária e cultural que despendia atenção, articulação e um sistema de regência que se



mostrasse imperturbável, e ao mesmo tempo firme, capaz de explorar as potencialidades de cada fração, criando as melhores condições para que trabalhassem em elevado nível de simbiose ideológica (Castro; Marques, 2019; Brasil, 2018).

Com o controle da operação militar da MINUSTAH atribuído ao Brasil, as tropas de todos os países integrantes da missão passaram à subordinação da figura de um *Force Commander*¹. Esse comando foi exercido, ao longo dos mais de 13 anos da missão de paz, por oficiais generais do Exército Brasileiro, que, diferentemente das tropas, permaneceram por períodos mais extensos de atuação, que chegaram a durar mais de dois anos em algumas circunstâncias (Castro; Marques, 2019; Franco; Stochero, 2017).

Castro e Marques (2019) trazem outra questão que faz despertar atenção nesta narrativa: a formação do chamado *Core Group*. A tradução desta expressão nos leva a entender que foi instituído um grupo principal, ou central, para o controle da MINUSTAH. Essa congregação tinha a participação do Brasil, dos Estados Unidos, do Canadá, da França, do Chile, da Argentina, de um representante especial do Secretário-Geral da ONU, além de outras coletividades internacionais, como a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia.

O grupo agia como elemento político-militar da missão, encarregando-se de articular acordos diplomáticos e governamentais, além de gerenciar as operações militares. Ainda, realizava a comunicação oficial da MINUSTAH e intermediava contatos com as diversas partes em conflito no Haiti, por meio de um delicado, extenuante e alongado processo de persuasão e de busca de consenso, onde o pleno êxito nem sempre era alcançado (Brasil, 2018).

Os resultados de todas essas ações de mediação de interesses precisavam vir ao conhecimento internacional. Assim, o *Core Group* publicava notas à imprensa, com certa regularidade, onde expunha os seus posicionamentos e as suas decisões relacionadas às tratativas de paz, ao contexto geral haitiano e à missão propriamente dita, algo como o que os gestores de grandes organizações costumam tratar por *accountability*² (Castro; Marques, 2019).

Depreende-se, em vista disso, que o Brasil, como gestor das forças militares da missão de paz, exercia um papel importantíssimo no *Core Group*. A participação naquele colegiado direcionou os olhares dos principais atores mundiais ao potencial do país, não apenas em termos de gestão militar, mas como um habilidoso negociador da paz.

As participações mais importantes do Brasil na MINUSTAH não se limitaram ao *Core Group*. O engendramento das operações militares foi, de fato, outro significativo talento avultado nessa epopeia. As tropas militares, em muitos momentos, tiveram de dar sustentação ao governo de transição do Haiti e ao conselho eleitoral provisório, para que conduzissem a mínima governança do país e os trâmites eleitorais, dentro de bases legais.

Para que se estabeleça uma consciência situacional da época, em um país completamente desestruturado, registre-se que parte dos cidadãos haitianos não se encontrava apta a exercer o direito ao voto, pois não eram eleitores cadastrados. Nesse sentido, a atuação da MINUSTAH em assegurar o processo de registro de votantes, como uma das premissas de uma validada eleição, representou uma contribuição para a democracia haitiana.

¹ Comandante da Força, em tradução livre.

² Prestação de contas, em tradução livre.



Aditivamente, a segurança eleitoral não se restringiu aos seus procedimentos. Os diversos atores eleitorais, para que não ficassem sujeitos a ações violentas, como atentados e sequestros, tiveram de ser guarnecidos. A PNH ainda não detinha condições de garantir a necessária segurança de toda a sociedade, dos poderes constituídos e dos seus representantes, atribuição que recaiu às forças militares da missão de paz.

O apoio e o influxo sobre a reestruturação da PNH foi outra importante participação do Brasil. Aquela força policial, que havia sido criada alguns anos antes da instituição da MINUSTAH para garantir a segurança do país, padecia com diversos problemas, como corrupção, capacitação deficiente e recursos limitados. Em sua reestruturação, foi provido o apoio internacional para a correção desses óbices, desencadeando um programa que triplicou o efetivo policial haitiano, provendo-lhes treinamento, além de investimentos em tecnologia e equipamentos, potencializando a capacidade de combate à criminalidade (Brasil, 2018).

Em complemento, militares brasileiros se engajaram em ações de patrulhamento, na restauração da ordem, no desarmamento, na prevenção à violência, na assistência humanitária, em Ações Cívico-Sociais (ACISO), na reconstrução do país, dentre outras.

A COMPOSIÇÃO DA MISSÃO

Após ter acompanhado e estudado a situação do Haiti, muito tempo antes da decisão de autorizar a missão de paz naquele país caribenho, o Conselho de Segurança da ONU já havia atingido um elevado nível de compreensão de que a MINUSTAH seria algo de grandes dimensões, em todos os sentidos. As experimentações precedentes da entidade, sempre à frente de operações desta natureza, carregaram para estimativas que envolviam grandes cifras orçamentárias, extensas quantidades de recursos humanos e logísticos, além de demandar muito tempo.

Nessa perspectiva, como já se sabe, a MINUSTAH teve a participação de tropas de, aproximadamente, vinte países, geridas sempre por um *Force Commander* brasileiro. O Contingente brasileiro era constituído de tropas conjuntas, predominantemente, por homens e mulheres da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, bem como por um menor contingente auxiliar, integrado por policiais e bombeiros militares de alguns Estados da federação (Carluccio, 2020; Castro; Marques, 2019; Brasil, 2018; Brasil, 2022).

No decorrer dos mais de treze anos de desdobramento da missão, compreendida de 2004 a 2017, as tropas brasileiras que estiveram no Haiti compuseram, basicamente, o Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais - Haiti (GptOpFuzNav - Haiti), o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) e a Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) (Brasil, 2022; Brasil, 2024).

À Marinha do Brasil foi atribuído o encargo de, primordialmente, prover o transporte marítimo dos materiais logísticos mais volumosos, como máquinas pesadas, viaturas e estruturas. Também era sua atribuição guarnecer os portos haitianos, por onde aquela Força desembarcou incontáveis toneladas de suprimentos e materiais de construção, assim como fuzileiros navais, equipes de saúde, medicamentos e doações diversas. Posteriormente, assumiu o controle da segurança da área Norte da capital haitiana (Brasil, 2024).



Já o Exército Brasileiro, teve a incumbência de patrulhar as principais áreas de risco, prover a segurança da população e das instituições de Estado na área Centro-Sul da capital, realizar buscas e relatos de situações, conduzir o treinamento da PNH, desencadear ações tipo polícia, efetivar o desarmamento de grupos criminosos, dentre outras elencadas anteriormente. Também teve a responsabilidade de, por meio da BRAENGCOY, estabelecer, reconstruir e ampliar parte da infraestrutura do Haiti, além de colaborar em atividades de natureza humanitária (Brasil, 2018; Brasil, 2022).

A Força Aérea Brasileira participou de atividades logísticas, como o transporte de diversos tipos de suprimentos e, destacadamente, das tropas que eram submetidas aos revezamentos semestrais dos contingentes brasileiros. Com notável expertise, estruturou um Hospital de Campanha que atendeu militares e, também, alguns cidadãos haitianos. Contabilizaram-se mais de 12 mil horas de voo, aproximadamente 64 mil passageiros e um volume de cargas que ultrapassou 6 mil toneladas, incluindo mantimentos e outras espécies de donativos. Na fase final da missão, coube à FAB a lida de prover parte da desmobilização do contingente e dos materiais repatriados (Ibid.).

Em acréscimo a esses esforços, as Forças Auxiliares do Brasil destinaram efetivos que foram empregados no policiamento de pontos estratégicos, aumentando o estado de segurança da população haitiana, e no auxílio de ações humanitárias e socorro de vítimas nos momentos de calamidades (Brasil, 2018).

Em vista disso, a MINUSTAH representou a maior contribuição brasileira em missões de paz. Ao todo, cerca de 37.500 militares voluntários brasileiros estiveram naquele país durante o transcurso da missão. Desses, quase 30.000 apenas do EB. Os contingentes foram selecionados dentro das organizações militares integrantes de todos os Comandos Militares de Área (Brasil, 2022).

A Força Terrestre nunca encontrou dificuldades em formar as listas de voluntários para compor a MINUSTAH. Havia sempre uma enorme predisposição que permeava os militares que se candidatavam a uma das vagas entre as tropas de *peacekeepers*. O orgulho e o senso de dever cumprido daqueles que ostentavam a boina azul da ONU contagiaram os demais. Militares com maior experiência de vida, muitos deles pais e mães, eram tocados emocionalmente e sentiam-se compelidos a tomar parte da missão, reconhecendo nos semblantes entristecidos das crianças haitianas um motivo para os seus esforços pessoais. Essas iniciativas foram se tornando avolumadas ao longo dos anos da missão, sobremaneira pela comoção gerada em decorrência dos desastres naturais (terremoto e furacões) que assolaram o território haitiano. Desta feita, os comandantes das organizações militares tinham, recorrentemente, árduo trabalho para selecionar os muitos voluntários (Brasil, 2018).

Visando ao melhor emprego dos recursos de pessoal, os voluntários tiveram de ser selecionados dentro de padrões físicos, de higidez e psicológicos, separados por postos e graduações, e por competências pessoais e profissionais. Posteriormente, passaram por treinamentos que melhor os capacitou ao desempenho de suas atribuições. Foi nesse contexto que o Brasil compôs a MINUSTAH com indivíduos de altíssimo padrão.



DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MINUSTAH

Os desafios preambulares da missão, já compreendidos pelos esforços diplomáticos internacionais que buscaram os devidos convencimentos parlamentares, governamentais, da opinião pública, militares, institucionais e as junções de tantas potencialidades e interesses, não foram os únicos que transpassaram a consecução da operação (Brasil, 2018).

No início e no transcorrer de toda a missão, é imaginável que muitos outros desafios foram surgindo e sendo superados. Transcrever a pluralidade dessas adversidades, vividas e enfrentadas em um período demasiadamente longo, como foi o caso da MINUSTAH, é algo muitíssimo complexo, mormente por se desconhecer a variedade de condicionantes a que esteve sujeito cada um dos milhares de militares que foram ao Haiti.

Estreitando, portanto, os desafios ao campo daqueles que foram mais recorrentes, genéricos e conhecidos, pode-se introduzi-los pelo provimento da logística militar, que teve de ser exercida a milhares de quilômetros de distância do território brasileiro. Esse tipo específico de atividade, que inclui o fornecimento de materiais de todas as classes militares, movimentações de contingentes e uma infinidade de outros produtos, requisitou uma cauda logística, verdadeiramente, desafiadora e onerosa. A exemplo disso, sabe-se que nem todos os custos financeiros da MINUSTAH foram subsidiados pela ONU, o que ocasionou que muitas dessas despesas tivessem de ser arcadas pelos governos dos países integrantes da missão.

Outro obstáculo foi a coordenação da presença de forças militares de cerca de 20 países, distintas em suas tecnologias, equipamentos, costumes, organização e até em suas doutrinas. Esse tipo de percalço só foi superado com o aporte do estilo de gestão dos *Force Commanders* brasileiros, que se mostraram flexíveis à miscelânea militar sobre as suas subordinações. Essa tranquilidade na liderança foi levada às ecléticas tropas, suscitando que incidentes relacionais graves não tenham sido registrados (Castro; Marques, 2019; Exército Brasileiro, 2018).

Em todas as fases da missão, os soldados da paz tiveram de subjugar desafios. Durante os primeiros anos, a contenção dos confrontos entre os grupos haitianos antagônicos e o controle da violência foram o carro-chefe.

Entre os anos de 2007 e 2009, a estabilização da paz preocupou as mentes protegidas pelos capacetes azuis. A condição mínima de segurança do país adveio dos inúmeros patrulhamentos, ações humanitárias e o preparo da PNH (Brasil, 2018; Franco; Stochero, 2017).

Os dois anos seguintes foram de reveses gravíssimos. No início de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 na Escala Richter, considerado forte, atingiu o Haiti. As fragilizadas condições das infraestruturas do país foram intensamente impactadas, causando danos em, aproximadamente, 1.300 habitações e instalações governamentais, gerando uma massa de meio milhão de desabrigados que se viram obrigados a buscar refúgio em outras localidades. Os dados da tragédia são divergentes em números; mas, variam entre 217.000 e 250.000 mortos. Ao todo, três milhões de haitianos foram afetados de alguma forma (Brasil, 2018).



Fig. 2 – Cidadão haitiano caminha no meio de edifícios que sucumbiram ao terremoto de 12 de janeiro de 2010, no centro de Porto Príncipe.

Fonte: ONU



Nossa força militar também foi severamente atingida: perdemos 18 homens vitimados pelo terremoto. Em meio ao luto próprio e ao generalizado, os *peacekeepers* precisaram se reinventar diante de uma “guerra” atípica, em que a situação não lhes era comum. Estabeleceram o controle da situação, mobilizaram equipes de resgate, removeram escombros, buscaram por sobreviventes e corpos, evacuaram e atenderam feridos, reforçaram o efetivo com o recebimento mais apoios, obtiveram e forneceram água potável, reconstruíram estruturas, escoltaram comboios humanitários, distribuíram alimentos, enfrentaram a cólera e conduziram ACISO. A despeito desse hercúleo trabalho, ainda se dedicaram a subsidiar condições para amparar o processo da segunda eleição presidencial (Ibid.).

No período de 2012 a 2015, seguiram-se os intensos trabalhos da BRAENGCOY pela reconstrução do país. Parte dessas reestruturações foram novamente sensibilizadas pela passagem do Furacão Matthew, em outubro de 2016, que avançou sobre o território haitiano com ventos de até 230 km/h, acompanhados de chuvas intensamente volumosas, que acometeram mais de 2 milhões de pessoas e 80% das lavouras. O rastro mortífero do furacão foi agravado pelas fontes de água contaminadas, proliferando mais doenças (Franco; Stochero, 2017).

Superados esses problemas, dentro das possibilidades, as preocupações do passado em garantir a execução de processos eleitorais, foram substituídas pela tranquilidade da terceira eleição presidencial. A plasticidade da tropa brasileira, que nunca tinha enfrentado situações como terremotos e furacões, moldou-se às novas condições em curto espaço de tempo, sem entregar-se ao desespero, ao cansaço ou ao desânimo.

Encerro esta seção com lembranças que expressam, limitadamente, a grandiosidade do que foi a MINUSTAH, não apenas em sua dimensão político-militar, mas, sobretudo, em sua natureza humana, capaz de deixar cicatrizes nas almas daqueles que lá estiveram, afastados do convívio de seus entes, trabalhando movidos por uma motivação sobre-humana, entregando a um povo, sedento por paz, mais do que podiam dar ou fazer.

A SITUAÇÃO DO HAITI APÓS O ENCERRAMENTO DA MINUSTAH

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU decidiu encerrar a MINUSTAH, após considerar que a situação do Haiti estava estabilizada. Para as tropas, os meses que se seguiram foram destinados à desmobilização e à repatriação dos contingentes e materiais, até o encerramento oficial da missão, que ocorreu em 15 de outubro daquele ano. Ato contínuo, foi estabelecido um novo tipo de ajuda ao país, a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Esta atividade objetivou treinar policiais haitianos e fortalecer as instituições de Estado, porém não obteve resultados expressivos (Bonalume Neto, 2024; Brasil, 2018).

Após a retirada das tropas da ONU do território haitiano, iniciaram-se outros episódios de desestabilização política e social, gerando uma nova explosão de violência e a reincidência dos conflitos pelo poder. As consequências do terremoto de 2010 e do furacão de 2016 ainda eram sentidas, pois uma esmagadora parcela da sociedade haitiana lutava, *ipsis litteris*, por uma moradia, ou por qualquer coisa que servisse como tal. O país começou, então, nova marcha em direção a uma guerra civil (Brasil, 2018; Maciel; Caixeta, 2023).



As tensões foram-se exacerbando, dia após dia, motivadas por uma atmosfera de violência e criminalidade. Como um dos desdobramentos dessa situação, o Senado haitiano não conseguiu ser renovado, no ano de 2019, dadas as condições de insegurança eleitoral que também eclodiram, fazendo com que o Poder Legislativo perdesse sua credibilidade.

Em decorrência disso, protestos políticos que pediam a renúncia do então presidente Jovenel Moïse se tornaram parte da rotina nacional, enquanto ele governava o país por meio de decretos que não tinham o devido aporte democrático. Na sequência, um novo golpe ocorreu; em julho de 2021, o presidente sofreu um atentado e foi assassinado a tiros, relembrando as espinhosas sublevações do passado.

O primeiro-ministro Ariel Henry, então, assumiu, provisoriamente, a governança do Haiti, sendo apoiado pela comunidade internacional. Ele prometeu que asseguraria as condições necessárias ao funcionamento da Suprema Corte do país e que instituiria uma comissão eleitoral. Nada disso se concretizou. Sem instituições fiscalizadoras do seu governo, o mandatário passou a empregar uma liderança ditatorial, que realimentou a insatisfação de populares e de grupos políticos.

Reiteradamente, manifestações hostis tomaram as ruas em exigência à renúncia do primeiro-ministro. A escalada da violência foi intensificada pela atuação das milícias e das gangues. Parte da população ainda acusa os partidos políticos de controlarem alguns desses grupos. De acordo com estimativas da ONU, ocorreram mais de 2 mil homicídios e mil sequestros no transcorrer do primeiro semestre de 2023. Esses sequestros, que financiam as atividades ilícitas dos agentes criminosos, envolvem extorsões e resultam em muitos reféns mortos, quando os resgates não são pagos.

Uma das modalidades de ações empreendidas por esses grupos criminosos é dificultar toda a rede de transporte. Em 2022, uma das facções assumiu o controle do principal terminal portuário, impedindo a chegada de combustível a hospitais, escolas, empresas e residências. Até mesmo o fornecimento de água potável foi afetado durante uma epidemia de cólera. Nesse cenário de falta de controle estatal, os narcotraficantes, que utilizam o Haiti como rota de distribuição, ampliaram as suas atividades, valendo-se de um sistema de corrupção que envolve políticos e agentes públicos encarregados de combater esses crimes. Com o quadro exasperado, nações estrangeiras iniciaram a retirada de seus cidadãos do território haitiano, temendo pela segurança dos mesmos. Muitos cidadãos se viram obrigados a emigrar do Haiti como forma de fugir da violência, tornando-se refugiados.

Em outubro de 2022, o primeiro-ministro recorreu à ONU, pedindo por uma nova intervenção em seu Estado. A comunidade internacional respondeu com sanções econômicas ao país, sem acorrer com ajuda humanitária. Meses depois, em janeiro de 2023, encerrou-se o mandato dos senadores, deixando a nação sem legisladores. O governo provisório, liderado pelo primeiro-ministro Ariel Henry, declarou a inviabilidade de realizar eleições devido à grave situação de segurança. Com apenas cerca de 10 mil policiais, para uma população de quase 12 milhões de pessoas, a proporção de 1.200 cidadãos para cada policial evidencia os desafios enfrentados em garantir a segurança necessária à sociedade e um processo eleitoral justo e seguro.

Uma nova rogativa de ajuda à ONU foi emitida pelo Haiti e ainda está em estudo. Possivelmente, o organismo autorizará outra intervenção, exclusivamente para ampliar a capacidade da PNH



em combater a violência, tendo o Quênia à frente da nova missão. Mais recentemente, em março de 2024, o primeiro-ministro anunciou sua renúncia ao cargo, indicando que permanecerá nele até a realização de eleições democráticas para a instituição de um novo governo. Enquanto isso, quase 5 milhões de pessoas passam fome no país.

A despeito de alguns atores apontarem que a MINUSTAH não tenha sido bem sucedida, considerando falhas pontuais, a verdade é que um ambiente de menores tensões existiu no Haiti, enquanto os *peacekeepers* lá estiveram. A decisão da ONU em interromper aquela missão talvez tenha sido prematura, deixando à população as consequências disto.

AS LIÇÕES APRENDIDAS

Em geral, toda experiência tem o potencial de deixar algum legado. Seja uma experiência positiva ou não, ela oferece oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e crescer como indivíduo ou coletividade. O aprendizado pode ocorrer de várias maneiras, como refletir sobre a experiência, aprender com os erros ou observar os resultados. É importante estar aberto ao aprendizado contínuo e aproveitar cada experiência como uma chance de evoluir.

Estes aprendizados, que extrapolam as bagagens pessoais, também estiveram associados ao desfecho da MINUSTAH; ou seja, a missão deixou impressões e convicções que servirão como contributo às futuras operações desta natureza.

Assim, podem ser reconhecidos dentro do escopo das lições aprendidas, a necessidade de um permanente preparo das forças militares e a ampliação de um estado de prontidão. Situações conflituosas, internas e/ou externas, podem surgir a qualquer momento, requisitando indivíduos capacitados e em condições de atuação em múltiplas circunstâncias (Exército Brasileiro, 2018; Franco; Stochero, 2017; Walker, 2018).



Fig. 3 – Militares da MINUSTAH no Haiti.

Fonte: ONU/MINUSTAH/Jesús Serrano Redondo.

A missão também proporcionou melhoramentos afetos à logística militar brasileira, que, colocada à prova sob condicionantes bastante exaustivas, demonstrou coesão e eficiência pela ação integrada entre as forças singulares, mantendo uma cauda logística que supriu as necessidades das tropas que estavam a milhares de quilômetros. Igualmente, incitou-se a dilatação da perícia para atuar em ambientes multiculturais e expandir a mestria para operar com organizações distintas em doutrinas e equipamentos (Brasil, 2018).



Outro aprendizado foi a articulação para o emprego de efetivos militares, sempre em condições de superioridade às ameaças, direcionando a um panorama de maior segurança para as tropas e a população protegida (Franco; Stochero, 2017; Walker, 2018).

Inferiu-se a relevância do extenuado trabalho de mídia institucional, qualificada a levar informações e, com grande eficiência, plasmar a opinião pública nacional e internacional a respeito da missão de paz e do papel das Forças Armadas brasileiras (Brasil, 2018).

Ampliou-se o respeito das instituições militares de outros países e da comunidade internacional como um todo, em relação às nossas Forças Armadas e ao Brasil.

Em termos de erudição, criou-se, em 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz), posteriormente transformado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no ano de 2010, integrado pelas três Forças Armadas do Brasil. Estes centros encarregaram-se de transmitir as experiências dos primeiros militares empregados na MINUSTAH aos demais contingentes e de contribuir com o aperfeiçoamento doutrinário, fomentado pelo incremento das capacidades de atuação em missões de paz e operações humanitárias internacionais (Brasil, 2018; Walker, 2018).

Nas áreas estratégica e relacional, projetou-se o poder militar brasileiro, aumentando a capacidade de dissuasão de intenções hostis e fortalecendo os laços de amizade com as nações amigas que enviaram tropas à MINUSTAH.

No campo humanitário, desenvolveu-se uma política “migratória” brasileira para cidadãos haitianos, destinada a acolher homens e mulheres, idosos, jovens e crianças que não são imigrantes do Haiti, mas refugiados. Em palavras mais duras, são vulneráveis socioeconômicos, físicos, emocionais e psicológicos do que pode ser considerada uma das piores mazelas que a humanidade já produziu, a guerra civil (Brasil, 2018; Fernandes; Onuma, 2024; Franco; Stochero, 2017; Irigaray et. al., 2021).

Na esfera industrial, observou-se que empresas civis, instaladas no Brasil, começaram ou ampliaram as suas participações no fornecimento de equipamentos de emprego militar para as Forças Armadas, o que fomentou esses negócios e, ao mesmo tempo, aportou novas tecnologias às atividades militares nacionais (Brasil, 2022).

Todos esses legados foram e são importantes para as instituições militares. Todavia, possivelmente, os resultados mais expressivos dessa missão estão na área humana, ou seja, nas experiências pessoais que os homens e mulheres que lá estiveram trouxeram em suas bagagens cognitivas. Nesse sentido, a internalização do quão inafastável é a manutenção do estado democrático de direito talvez seja a maior lição deixada às nossas tropas pela MINUSTAH.

Esses soldados tiveram, e ainda carregam consigo, a percepção mais aproximada do que representa a junção da falência do Estado com a de suas instituições, o caos generalizado aliado à pobreza e à corrupção. Somente a população atingida entende tudo isso com melhor exatidão do que um soldado da paz. Políticos e diplomatas internacionais, por mais que se debrucem sobre essas questões, jamais entenderão na pele o que representa a carência de ordem. Os olhares marcados pelo sofrimento, das mães e crianças haitianas, ainda estampam o imaginário dos *peacekeepers* brasileiros (Carluccio, 2020; Brasil, 2018; Walker, 2018).



Um fenômeno interessante também se constata na seara social. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a população brasileira, ainda que não tenha estado envolvida na execução da missão, ainda que seu conhecimento geral sobre o assunto seja muito estreito e baseado nos noticiários nacionais, acabou por adquirir alguma compreensão sobre a relevância de um dos papéis das Forças Armadas. Isso corrobora para a valorização dessas instituições como alicerces da paz social, criando uma salutar sinergia com o nosso povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta leitura condicionou ao entendimento de que a MINUSTAH deixou profundas marcas no povo haitiano, assim como nos militares das Forças Armadas do Brasil que participaram daquela missão. Ao longo de todo o período de sua execução, enviamos 37,5 mil homens e mulheres. Militares de todas as regiões do Brasil, integrantes de diversas especialidades, desde soldados a generais, que deixaram a sua Pátria para se tornarem *peacekeepers*.

O Brasil, incitado a executar um papel de maior relevância nas ações práticas em prol da paz mundial, demonstrou à comunidade internacional o seu profissionalismo, enviando ao Haiti o que havia de melhor em termos de recursos humanos e materiais, externando a capacidade de adaptação do militar brasileiro, bem como a sinergia entre o adestramento recebido, os meios disponibilizados e a execução das tarefas que lhes foram atribuídas.

Levados ao país mais pobre das Américas, os nossos soldados manifestaram o “BRAÇO FORTE” da Força Terrestre em ações como a contenção de grupos guerrilheiros e rebeldes armados, o constante patrulhamento de áreas de risco, a redução dos índices de violência e a sustentação das atividades estatais. Não obstante, estenderam a “Mão Amiga” para a criação e/ou reconstrução de estradas, pontes, aeródromos e estações de tratamento de água. Perfuraram poços d’água, asfaltaram vias, ampliaram escolas, proveram assistências de saúde e deram condições para que ações humanitárias fossem realizadas, traduzindo-se em benefícios para a sociedade haitiana e, principalmente, para as suas crianças e o futuro daquele país.

Em momentos assinalados por desastres, os *peacekeepers* brasileiros tiveram de se reinventar. Compelidos à atuação em condições que não lhes eram conhecidas, como terremoto, furacões e inundações, viram-se diante de uma natureza agressora, que deixou rastros de destruição e morte. Mais uma vez, expressaram versatilidade, espírito de sacrifício e empatia para com a nação socorrida.

Defronte às úlceras da humanidade, os soldados conheceram os mais nefastos efeitos da pobreza, da falta de recursos e dos atentados à dignidade social. Descortinaram o que a comunidade internacional só conhecia pelos noticiários, sem a real dimensão do que, factualmente, acometia a população haitiana.

O Haiti, antes da MINUSTAH, era uma nação frizada de faltas e excessos, falta de democracia, de segurança, de governabilidade, de estabilidade política, de dignidade humana, de investimentos e de condições de desenvolvimento social, e excesso de pobreza, de violência, de corrupção e de desrespeito aos direitos humanos.

No transcurso da missão, quais verdadeiros heróis, os homens e mulheres dos capacetes azuis, movimentados por suas viaturas brancas, levaram a paz ao Haiti. Em uma primorosa



expressão de devotamento e desempenho, os militares brasileiros instituíram um verdadeiro pacto pela governabilidade do país, pela preservação de direitos, pela segurança e pelo desenvolvimento.

Há, ainda, que se mencionar a coesão que existiu entre os níveis estratégico, tático e operacional da missão. A destreza e a dinâmica com que os *Force Commanders* lideraram os seus contingentes, incluindo os militares de nações amigas, permearam todas as atividades da operação, produzindo ambientes salutaros, integrados e cooperativos, onde se destacou o que os militares estrangeiros denominaram por *Brazilian Soft Power* (uso brando da força), traduzido em atitudes de liderança, de ações humanitárias, em cortesia — como um sorriso ou um cumprimento amigável do soldado para com a população —, no envolvimento com as pessoas, nas simples “disputas” de cabo de guerra com as crianças, nas participações em rodas de capoeira com os habitantes, na empatia e na imensurável vontade de ajudar. Condutas modestas, sim, mas, que concorreram para amenizar os traumas das situações enfrentadas, para ambos os lados envolvidos (Castro; Marques, 2019).

Naqueles anos de missão, assim como nos posteriores ao seu encerramento, nem tudo transcorreu como o planejado. A MINUSTAH nos custou muito mais horas de trabalho do que se podia esperar, mais tempo do que a própria ONU entendia ser necessário à estabilização, volumosas somas de recursos públicos, o enfrentamento do desconhecido, algumas críticas e vinte e quatro vidas de militares brasileiros. A despeito de tantos sacrifícios, ao final da missão, a condição daquele país era melhor do que antes. Lastimavelmente, depois da retirada das forças militares das Nações Unidas, a segurança local passou à exclusiva responsabilidade da ainda despreparada PNH, permitindo que grupos contrários, que se mantinham contidos, voltassem à disputa pelo poder local.

A repatriação dos materiais e dos efetivos empregados não encerrou a história construída em prol do povo haitiano. Compete, doravante, às atuais e futuras gerações de militares brasileiros preservar os feitos dos peacekeepers por meio de registros históricos, da dedicação contínua ao preparo individual e coletivo das Forças Armadas e das celebrações cívico-militares, de modo que tais ações sirvam de exemplo e legado às próximas gerações de boinas-azuis.



BIBLIOGRAFIA

- BONALUME NETO, Ricardo. Missão no Caribe. Folha de S. Paulo [online]. São Paulo: Folha, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3005200401.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. Building peace and development - 1994: Annual report on the work of the organization. New York: UN, 1994.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. 75 anos do Exército Brasileiro em Missões de Paz. Brasília: CCOMSEx, 2022.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. Brasil no Haiti: um caso de sucesso 2004-2017. Revista Verde Oliva, Brasília, n. 241, 2018.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. MINUSTAH [online]. Rio de Janeiro: CGCFN, 2024. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfn/minustah>>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Missões de paz [online]. Brasília: MD, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- CARLUCCIO, Mariana Zamboni. A participação das mulheres peacekeepers nas operações de paz da ONU: um olhar de gênero sobre o Brasil e a MINUSTAH. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
- CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. Missão Haiti: a visão dos force commanders. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- FERNANDES, Janaina de Mendonça; ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. e2023-0124, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/91077>>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- FRANCO, Marina; STOCHERO, Tahiane. Missão de paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira. G1, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; ANDERSON, Renata; VELLASQUEZ, Flávio; FILARDI, Fernando. Seu lar, meu refúgio: sobre o que é ser um refugiado no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 222-233, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/83231>>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- LIMA, Fernanda Mello de. A atuação do Brasil nas missões de paz sob a égide do direito internacional e projeção internacional do país: do treinamento à MINUSTAH. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- MACIEL, Tadeu; ROSA, Renata de Melo; CAIXETA, Marina Bolfarine. O Haiti e a nova missão para a estabilização. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/haiti-nova-missao-estabilizacao-missao-multinacional/>>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BRASIL. Brasil encerra atividade militar no Haiti nesta quinta (31). Brasília: ONU, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Security Council Resolution 1542 (2004) [on establishment of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)]. Nova York: ONU, 2004.
- WALKER, Márcio Saldanha. Evolução da concepção operativa do contingente militar brasileiro na MINUSTAH: legado para a força terrestre. Revista Doutrina Militar Terrestre, Brasília, v. 6, n. 13, p. 20-35, 2018.



Marcus Fabiano Cota é subtenente do Exército Brasileiro, mestre em administração pública e graduado em ciências da computação, administração e gestão pública. Possui especializações em gestão pública e estudos de política e estratégia. Atualmente integra a Seção de Pesquisa Científica e a Assessoria de Planejamento e Gestão, ambas da Escola de Sargentos das Armas.

ID Lattes: 9135803358071382.